

**CIVIL | EXERCÍCIOS ESPECIAIS | 2ª FASE XXV EOAB**

**GABARITO**

	<b>Enunciados</b>	<b>Respostas</b>
<b>1</b>	Indique a ação e procedimento cabíveis (e se possível a tese)	
	A. Ana realizou a doação de imóvel a Lucas. Após 1 ano do ato, Ana tomou conhecimento de que Lucas estava praticando atos de ingratidão.	Ação de revogação de doação, pelo procedimento comum (318 do CPC), com tese a partir do artigo 555 do Código Civil.
	B. Em comodato, Eneida permitiu que Geysa e sua família passassem a residir em imóvel localizado em São Paulo. Findo o prazo, Eneida notificou Geysa para que desocupasse a casa no prazo de 30 dias, o que não ocorreu.	Ação de reintegração na posse, art. 558 do Código de Processo Civil (rito especial).
	C. Marisa, Cesar e Lucia são condôminos em imóvel rural situado em Botucatu, São Paulo. Ocorre que, desde dezembro passado, Marisa está descontente com a comunhão na propriedade e, por sua vez, pretende separar cada parte, especialmente para que tenha a propriedade de porção determinada.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares  Art. 569, II do CPC (rito especial)
	D. Andrea, em conversa de whatsapp, requereu a Danilo um empréstimo de R\$ 50.000,00. O depósito foi feito por Danilo em conta corrente de Andrea. Passado o prazo de 30 dias, tempo em que era para ocorrer a devolução dos valores, Andrea remeteu email a Danilo informando que não conseguiria fazer o pagamento devido. Assim, o credor pretende promover ação para a cobrança dos valores, sabendo que realizou ata notarial da conversa via celular.	Ação monitória, com base no artigo 700 do CPC.

	<p>E. Maria teve breve relacionamento amoroso com Marcio e, diante disso, acabou ficando grávida. O pai, sabendo que não assumiria o filho, informou a Maria que não ajudaria com as despesas durante a gravidez. Maria está no 4º mês e sem condições de se manter.</p>	<p>Ação de alimentos gravídicos Lei 5478/68 + Lei 11.804/2008</p>
	<p>F. Ricardo e Paulo litigando acerca da propriedade de determinado veículo. A ação tramita perante a 1ª Vara de Pato Branco/PR, em fase de saneamento. Ocorre que Vanessa toma conhecimento da demanda e, entendendo ser ela a verdadeira proprietária, deseja o ingresso de medida para obter provimento jurisdicional a seu favor.</p>	<p>Ação de oposição (rito especial) - Art. 682  Atenção: distribuição por dependência.</p>
	<p>G. Pablo propôs ação em face de Empreendimentos imobiliários X, demandando indenização pela demora na entrega de um imóvel adquirido na planta. O processo estava em fase de colheitas de provas, quando o autor da ação veio a falecer. Marieta, filha de Pablo, pretende ingressar na ação em substituição de seu pai.</p>	<p>Habilitação, seguir rito do artigo 687.  Artigos relacionados: 108 + 313 do CPC.</p>
<p>2</p>	<p>Indique a medida cabível nos seguintes casos</p>	
	<p>A. Janaina foi citada em ação proposta por Confeccões X, em síntese, para demandar a cobrança de determinada indenização pelo fato de Janaina ter postado ofensas contra a fábrica em suas redes sociais. Na inicial a autora requereu gratuidade de justiça, o que foi deferido de plano, sem qualquer comprovação de pobreza. Além disso, Janaina ficou surpresa com a ação, especialmente por sequer utilizar redes sociais. Com a propositura da</p>	<p>Contestação e reconvenção Realizadas na mesma peça processual. “vem, por seu advogado, tempestivamente, oferecer CONTESTAÇÃO, com fundamento do artigo 335 do Código de Processo Civil e propor RECONVENÇÃO, com fundamento no artigo 343 do mesmo Código (a tese da reconvenção será a responsabilidade civil e o dever de indenizar).  A questão da gratuidade deverá ser alegada em preliminar da contestação – art. 337, XIII, do CPC.</p>

	<p>ação, Janaina ficou impedida de realizar negócios em sua atividade profissional, pois o comprador exigiu certidão negativa de ações cíveis (como constava a ação, com alto valor da causa, o negócio ficou prejudicado). Assim, considerando que as partes declinaram da audiência de conciliação, autora na inicial e ré em petição protocolizada há 3 dias (10 antes da audiência), informe e peça para a defesa e garantia total de seus interesses.</p>	
	<p>B. Alex foi citado em ação de execução proposta por Julia e, em razão de viagem para o exterior, apenas procurou o advogado após 30 dias do conhecimento do fato, quando já estava sofrendo bloqueio de conta bancária. O advogado consultou os autos e verificou a inexistência da juntada do título. Informou a autora que o título estava extraviado. Alex pretende ainda se defender.</p>	<p>Caberá exceção de pré-executividade, com base no artigo 803, parágrafo único do CPC.</p> <p>Atenção: não é caso de agravo, pois não houve decisão do juiz (inclusive prazo) para isso.</p>
	<p>C. Magnólia foi citada em processo que tramita perante a 4ª Vara Cível de Palmas. No entanto, ao consultar os autos, notou que a magistrada é amiga íntima do autor Leocadio.</p>	<p>Petição para arguição de SUSPEIÇÃO, nos termos do artigo 146 do Código de Processo Civil.</p> <p>Modelo de petição simples</p>
	<p>D. André foi citado em execução de alimentos proposta por seu filho Juninho, com a exigência do pagamento de pensão fixada judicialmente, sob pena de prisão. Ocorre que o devedor sofreu acidente e está afastado do trabalho há mais de 5 meses.</p>	<p>Caberá justificativa (modelo de defesa), dentro dos próprios autos – art. 528 do Código de Processo Civil.</p>